

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2026, às 09:00 horas, reuniram-se, na sala de reunião dos Conselhos, os membros do Comitê de Investimentos da Fundação AMAZONPREV: Alan Nascimento (Coordenador) - matrícula nº 160.994-7 C, Wellington Guimarães Bentes (Secretário) - matrícula nº 215.468-4 A, Renízio de Oliveira Ferreira – matrícula nº 215.458-7-A; Flaviana Galúcio Zoumbounelos - matrícula nº 216.828-6 A, Bruno Damasceno Costa Novo – matrícula nº 216.821-9 e Bruno René da Silva Barroso - matrícula nº 249252-0 A, designados através da Portaria nº 214 de 03 de fevereiro de 2026. **1. DELIBERAÇÕES ANTERIORES.** Iniciada a reunião com o registro de que a Ata de Reunião nº. 232, de 13/02/2026 ainda não havia retornado da análise da Diretoria, portanto ficam mantidas as decisões sobre a Ata COMIV nº 231, aprovada pela PRESI e DIRAF em 11/02/2026. Na oportunidade, o sr. Alan Nascimento registrou a participação e o empenho dos senhores Bruno Novo, Wellington Bentes e Renízio Ferreira no atendimento às solicitações dos órgãos de controle e fiscalização sobre as operações com Letras Financeiras em 2024, possibilitando identificar e organizar a documentação solicitada. O Sr. Wellington reforçou a necessidade de melhoria nos processos de investimentos e Atas. Os membros também comentaram sobre a necessidade de criar na estrutura da Amazonprev um setor específico para os Investimentos, voltado a subsidiar o Comitê na organização e controle dos processos. **2. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS, CENÁRIO E RESULTADOS.** O Comitê de Investimentos tomou conhecimento da avaliação da Carteira de Investimentos referente ao mês de fevereiro de 2026, elaborada pela empresa de consultoria Actuarial, registrando os seguintes resultados: **a) Rentabilidade FPREV - Executivo.** A rentabilidade no mês foi de 0,9362%, acumulando 2,5084% no ano e 15,5847% em 12 meses. A Meta Atuarial no mês foi de 0,7961%, acumulando 0,7961% no ano e 10,4153% em 12 meses. **b) Rentabilidade FPREV – ALE.** A rentabilidade no mês foi de 0,3479% e 11,8613% em 12 meses. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE/ PGJ.** A rentabilidade no mês foi de 1,1443% e 15,9905% em 12 meses. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Justiça.** A rentabilidade no mês foi de 0,7224% e 13,6872% em 12 meses. **e) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Contas.** A rentabilidade no mês foi de 0,7563% e 14,8454% em 12 meses. **f) Rentabilidade FPREV da Defensoria Pública.** A rentabilidade no mês foi de 1,0472% e 15,2375% em 12 meses. Por fim, considerando os resultados **CONSOLIDADOS** da AMAZONPREV/FPREV, a rentabilidade no mês de fevereiro de

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

2026 foi de 0,9192%, acumulando 15,3871% nos últimos 12 meses, superando a Meta Atuarial acumulada no mesmo período, que foi de 9,7505%. **Registro:** No mês de fevereiro/2026, a inflação variou positivamente em 0,70%, acumulando alta em 2026 de 1,03%, elevando a meta para 1,97% nesse início de ano. Em 12 (doze) meses o CDI variou 14,50%, o Ibovespa valorizou 53,74% e o S&P 500 tem alta de 15,52%. Esses resultados contribuem para o ganho sobre a meta atuarial, com maior concentração em ativos de Renda Fixa, superando em mais de 5,13%, representando ganho real de R\$ 551,175 milhões. **2.1 Registros de Cenário e Expectativas:** Com base no Relatório Macroeconômico de janeiro/2026, emitido pela I9 Advisory (antiga LDB Consultoria), registra-se: **MERCADOS INTERNACIONAIS. Choques externos aumentam a incerteza do cenário econômico:** A escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã levou a uma forte reação nos preços do petróleo, adicionando um novo fator de risco para a inflação global e aumentando a complexidade do cenário para os bancos centrais. Nesse contexto, o Federal Reserve enfrenta um ambiente desafiador. A economia americana continua relativamente resiliente, enquanto a inflação permanece acima da meta e os riscos associados aos preços de energia ganharam relevância. A comunicação recente do FOMC sugere um Comitê dividido, mas com predominância de uma postura cautelosa e dependente dos dados. Assim a expectativa do mercado é de um Fed paciente, com viés de flexibilização apenas gradual ao longo de 2026, condicionado a evidências mais claras de convergência da inflação e à ausência de novos choques inflacionários relevantes. Na Europa, a economia da área do euro continua crescendo em ritmo moderado, sustentada principalmente pela demanda doméstica. Indicadores recentes apontam continuidade da expansão no início do ano, embora sem sinais claros de aceleração. Ao mesmo tempo, o cenário inflacionário permanece relativamente benigno, com inflação próxima da meta do BCE. Ainda assim, a região permanece particularmente sensível a choques de energia, em função da elevada dependência de importações de gás e do atual nível relativamente baixo dos estoques, o que aumenta a vulnerabilidade diante da escalada das tensões no Oriente Médio. Na China, as autoridades sinalizaram maior aceitação de um ritmo estruturalmente mais moderado de crescimento. Ao mesmo tempo, o governo manteve o foco na expansão da base industrial e na autonomia tecnológica, priorizando setores estratégicos como semicondutores, inteligência artificial e biotecnologia. Apesar de alguma melhora cíclica nos indicadores recentes, a economia chinesa segue enfrentando desafios estruturais

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

importantes, incluindo a fraqueza do consumo doméstico e a crise prolongada no setor imobiliário. No Brasil, o quadro macroeconômico combina sinais mistos. A inflação recente voltou a surpreender para cima, sobretudo em serviços, enquanto a atividade econômica mostra sinais de recuperação no início do ano, apoiada por um mercado de trabalho resiliente e estímulos fiscais, após desacelerar no 2º semestre de 2025. Nesse contexto, no cenário atual, o Copom deve iniciar na próxima reunião o processo de calibragem da política monetária. Ainda assim, a recente deterioração do ambiente externo, especialmente por meio do canal de energia e câmbio, elevou o grau de incerteza e reforça nossa avaliação de que o ciclo de flexibilização ao longo de 2026 deverá ocorrer de forma gradual e cautelosa. A política comercial voltou ao centro do debate macro nos Estados Unidos após a decisão da Suprema Corte que limitou o uso do International Emergency Economic Powers Act como base jurídica para parte das tarifas implementadas pelo governo em 2025. Essas tarifas tiveram papel central no aumento do protecionismo comercial americano, respondendo por cerca de 7 pontos percentuais dos aproximadamente 10 pontos de elevação na tarifa efetiva média dos EUA naquele ano. Com a decisão judicial, o Tesouro deverá restituir cerca de US\$130 bilhões às empresas que recolheram esses impostos. Ainda assim, o impacto prático tende a ser limitado. O governo reagiu rapidamente anunciando uma tarifa global de 10% sob a Seção 122 da Trade Act de 1974 e sinalizou que pretende ampliar o uso de instrumentos como as Seções 232 e 301, preservando, na prática, o atual regime protecionista. Do ponto de vista econômico, a evidência empírica sugere que o custo das tarifas continua recaindo majoritariamente sobre a própria economia americana. Estudos recentes indicam que mais de 85% da incidência tarifária tem sido absorvida por importadores e consumidores domésticos. Apesar disso, as tarifas tiveram impacto limitado sobre o déficit comercial agregado, uma vez que parte relevante das importações foi redirecionada para terceiros países à medida que cadeias produtivas globais foram reorganizadas. No campo monetário, a comunicação recente dos membros do FOMC sugere um Comitê relativamente dividido, mas com predominância de uma postura cautelosa e dependente dos dados. De um lado, alguns participantes com inclinação mais “dovish” argumentam que a política ainda se encontra acima do nível neutro e que cortes graduais poderão ser apropriados caso o processo de desinflação continue ou caso surjam sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho. Por outro, uma parcela relevante do Comitê enfatiza que a inflação ainda permanece elevada e discute a taxa neutra, o que

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

justifica maior paciência antes de iniciar um ciclo de afrouxamento. No centro desse debate, a maioria parece convergir para uma estratégia de “wait-and-see mode”, avaliando reunião a reunião a evolução de inflação e atividade. Nesse contexto, o mercado espera um Fed cauteloso, com viés de flexibilização ao longo de 2026, com cortes de juros condicionados à evidência mais clara de convergência da inflação à meta e à ausência de novos choques inflacionários, como os recentes riscos associados aos preços de energia. A guerra entre Estados Unidos/Israel e Irã, iniciada em 28 de fevereiro, teve impacto imediato nos preços do petróleo, adicionando complexidade à função de reação da política monetária. De acordo com o manual de política monetária, choques de oferta tendem a ser estagflacionários, gerando uma troca entre inflação e atividade, limitando a capacidade de resposta imediata dos bancos centrais. Participantes do FOMC têm enfatizado que a reação dependerá sobretudo da persistência do choque energético. Como destacou recentemente o presidente do Fed de Richmond, aumentos temporários nos preços de energia tendem a ser tratados como transitórios, mas movimentos mais duradouros podem contaminar as expectativas de inflação e exigir resposta mais firme da autoridade monetária. Estimativas de mercado sugerem que, caso o petróleo permaneça próximo de US\$80/barril, o impacto macroeconômico nos Estados Unidos tende a ser moderado. As estimativas do mercado indicam que uma alta sustentada de 10% no preço do petróleo adiciona cerca de 20-30 pontos-base à inflação cheia e apenas 4 pontos-base ao núcleo, enquanto o efeito sobre o crescimento tende a ser limitado, com um aumento de US\$10 por barril reduzindo o crescimento do PIB em cerca de 0,1 ponto percentual. O principal canal de transmissão ocorre por meio da redução da renda real das famílias e do consumo, parcialmente compensado por maior investimento no setor de energia. Por ora, os mercados financeiros continuam tratando o episódio como um choque temporário de oferta. A estrutura a termo do petróleo aponta para queda gradual dos preços ao longo de 2026 e início de 2027, com a curva futura convergindo para a faixa de US\$65-70/barril, sugerindo que os agentes econômicos esperam normalização do mercado de energia após a fase inicial de disrupção. Nesse contexto, os riscos para a política monetária voltam a pender para a inflação. A atividade econômica permanece resiliente e há sinais de estabilização no mercado de trabalho após a desaceleração observada em 2025. Caso o choque energético se mostre mais persistente, o processo de desinflação poderá ser ainda mais lento, se não temporariamente revertido, mantendo a política monetária em território modestamente

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

restritivo por mais tempo. Os mercados financeiros já começaram a incorporar esse risco: o choque do petróleo levou a uma abertura relevante nas taxas dos Treasuries, enquanto o mercado futuro passou a precificar um ciclo de afrouxamento monetário mais limitado, retirando um corte de 25 pontos base de juros da trajetória esperada para 2026. **Zona do Euro: Atividade resiliente, mas riscos crescentes no front energético:** A economia da área do euro segue em trajetória de crescimento moderado no início de 2026, com expansão próxima da tendência e inflação ainda perto da meta do BCE. O PIB do 4º trimestre foi confirmado em 0,3% t/t, com crescimento puxado principalmente pela demanda doméstica, em especial consumo e investimento em países como a Alemanha. Ao mesmo tempo, indicadores mais recentes sugerem continuidade da expansão no início do ano, mas sem sinais claros de aceleração do ritmo de crescimento. Os PMIs de fevereiro indicam leve melhora, refletindo aceleração moderada nos serviços e alguma recuperação da indústria. O avanço foi sustentado principalmente por novos pedidos domésticos, enquanto exportações seguem fracas. Ao mesmo tempo, pressões de custos voltaram a acelerar, especialmente ligadas a salários, energia e transporte, mantendo a atenção sobre o comportamento da inflação de serviços. No front inflacionário, a prévia de fevereiro mostrou alta do núcleo para 2,4% a/a, enquanto o headline subiu para 1,9%, ainda próximo da meta do BCE. Parte do movimento parece refletir fatores pontuais, como o aumento de preços de lazer e hospitalidade na Itália no mês das Olimpíadas de Inverno, mas o recente choque nos preços de energia ligado ao conflito no Oriente Médio aumenta a incerteza para os próximos meses. A economia europeia tende a ser particularmente sensível a choques energéticos, dado o elevado grau de dependência de importações de gás natural, inclusive o liquefeito (LNG), em um contexto em que o continente ainda se ajusta à perda do suprimento russo após o início da guerra na Ucrânia há mais de quatro anos. Além disso, os níveis de armazenamento de gás encontram-se abaixo da média histórica para esta época do ano, reduzindo a margem de segurança diante de eventuais interrupções de oferta. Para monitorar: impacto do choque de energia sobre a inflação, dinâmica da inflação de serviços e salários e evolução da demanda doméstica e do crédito. **China: Metas mais baixas:** Fevereiro teve menor fluxo de indicadores por conta do feriado do Ano Novo Lunar, mas o principal evento do período foi o início do Congresso Nacional do Povo, que definiu as diretrizes econômicas para 2026. O governo estabeleceu uma meta de crescimento entre 4,5% e 5,0% para o ano, a mais baixa em mais de três décadas e inferior ao

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

objetivo de “cerca de 5%” adotado nos últimos anos. A definição de um intervalo indica maior tolerância das autoridades a um ritmo estruturalmente mais moderado de expansão, diante de desafios persistentes como fraqueza do consumo, crise prolongada no setor imobiliário e envelhecimento populacional. O governo reiterou que a expansão da demanda doméstica segue como prioridade, mas sem anúncio de um grande pacote de estímulo. Ao mesmo tempo, ganhou ainda mais peso a estratégia de fortalecimento da base industrial e da autonomia tecnológica, com ênfase em setores como semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia e novas tecnologias de comunicação. Com gastos fiscais mais contidos do que em 2025 e sem medidas robustas para impulsionar a renda das famílias, a economia chinesa deve continuar dependendo das exportações e do investimento industrial para sustentar o crescimento novamente este ano. No curto prazo, os PMIs de fevereiro surpreenderam positivamente, com melhora tanto na indústria quanto em serviços após a fraqueza observada no final de 2025. Na indústria, o avanço foi puxado por novos pedidos e pela recuperação da demanda externa, enquanto o setor de serviços também registrou expansão mais forte da atividade. Em conjunto, os dados sugerem alguma recuperação cíclica no início do ano, ainda que o cenário estrutural permaneça marcado por crescimento mais moderado. Para monitorar: evolução da demanda doméstica e eventuais medidas de apoio à renda das famílias; desempenho das exportações em meio às tensões comerciais globais; e a intensidade do ajuste no setor imobiliário. **Brasil: Corte de juros à frente?** No front da inflação, o IPCA-15 de fevereiro surpreendeu para cima, frustrando as expectativas de uma inflação anual abaixo de 4% já naquela divulgação. O índice registrou inflação de 0,83% m/m e 4,10% a/a, superando as projeções do mercado. A maior surpresa veio da inflação de serviços, com forte contribuição das passagens aéreas e dos seguros de veículos. Apesar do destaque para esses itens, a difusão de 69% mostra que as pressões no setor de serviços não foram pontuais. O núcleo de serviços subjacentes, alvo de atenção do Banco Central, registrou inflação de 0,66% m/m (5,6% a/a). Em linhas gerais, o resultado mostrou uma inflação pressionada, com alta em diferentes categorias, e inflação anual das medidas de serviços em um patamar ainda muito elevado, mesmo após uma melhora marginal. Além disso, a recente alta dos preços internacionais de petróleo e diesel, como consequência dos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, devem chegar mesmo que parcialmente ao consumidor, gerando uma pressão inflacionária adicional. Esse ambiente deve acender um alerta e dificultar o processo de recuo

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

das expectativas de inflação, que já vinham em queda algo mais modesta recentemente. Na atividade, a Produção Industrial registrou alta de 1,8% m/m e 0,2% a/a em janeiro, acima das expectativas do mercado. Os dados de dezembro foram revisados para baixo, ficando em -1,9% m/m e -0,1% a/a. O resultado mais forte reflete, em parte, um rebote após a forte queda observada em dezembro. Na abertura, na margem, todas as categorias registraram crescimento no mês. Para o primeiro trimestre de 2026, o carregamento estatístico ficou positivo em 0,4%, com alta em grande parte das categorias, com exceção de “Bens de Capital” e “Insumos típicos de construção civil”. Em suma, o resultado acima do esperado da Pesquisa Industrial Mensal sugere um resultado menos desfavorável da indústria no início de 2026. Além disso, os indicadores de emprego apontaram para um mercado de trabalho resiliente no começo de 2026. O Caged registrou criação líquida de 112,3 mil vagas em janeiro, acima das expectativas de criação de 95 mil vagas. Já a PNAD apontou uma taxa de desemprego de 5,4% (dessazonalizada) em janeiro, próxima às mínimas históricas, enquanto os salários reais seguem crescendo acima da inflação. Por fim, o PIB do 4º trimestre de 2025 registrou crescimento de 0,1% t/t e 1,8% a/a. Na abertura, houve forte desaceleração da formação bruta de capital fixo e estagnação do consumo das famílias. Assim, o fraco resultado de setores sensíveis ao crédito indica que a política monetária tem produzido efeitos mais visíveis na demanda interna. De qualquer forma, os dados parciais desse início de ano sugerem reaceleração do PIB no 1º Tri em direção a um crescimento próximo de 1% t/t, com alguma recuperação do consumo provavelmente devido aos estímulos fiscais e resiliência do mercado de trabalho. O Comitê de Política Monetária (Copom) voltará a se reunir na próxima semana para decidir sobre o nível da taxa Selic, que permanece em 15% a.a. desde meados do ano passado. Em sua comunicação de janeiro, o Comitê indicou que, caso o cenário esperado se confirmasse, antecipava iniciar o ciclo de flexibilização na reunião seguinte, ao mesmo tempo em que enfatizou que a política monetária permaneceria suficientemente restritiva para assegurar a convergência da inflação à meta. O Copom também destacou que o compromisso com a meta exigia uma abordagem “serena” quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo de redução de juros. À época, o mercado interpretou essa sinalização como compatível com um corte de até 50 pontos-base na reunião de março, na ausência de mudanças materiais no cenário macro. Desde então, contudo, o fluxo de notícias do cenário internacional tornou-se mais adverso. Em particular, a recente elevação dos riscos geopolíticos, decorrente do conflito no Oriente

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

Médio, provavelmente representa uma deterioração das perspectivas de inflação, dado o comportamento recente dos preços de energia e do câmbio até aqui. O Comitê, portanto, terá de incorporar esse novo fator à sua avaliação prospectiva. Ainda assim, com base na evolução do cenário e na mais recente declaração pública de um membro do Copom desde a reunião de janeiro, o Banco Central ainda deve seguir inclinado a iniciar aquilo que descreveu como um “processo de calibragem” para a reunião de março. Em comentários no dia 5 de março, o Diretor de Política Monetária, ressaltou que, com a Selic “claramente em território restritivo”, o nível atual da taxa oferece um “colchão” suficiente para absorver choques, ao mesmo tempo em que permite ao Comitê avaliar com serenidade os dados. O diretor também enfatizou que as decisões sobre a taxa de juros não devem ser interpretadas como um resultado mecânico dos modelos utilizados pelo Banco Central, observando que “não existe relação mecânica entre o modelo e a decisão de política monetária”. Por fim, observou que, embora os comentários refletissem sua interpretação pessoal, estavam amplamente alinhados com as discussões no âmbito do Comitê. Ao mesmo tempo, o diretor reconheceu o dinamismo ainda significativo do mercado de trabalho e o nível elevado de incerteza do cenário atual. Nesse contexto, o Copom deve seguir confortável em manter seu plano de iniciar o processo de calibragem em março. Caso não seja observada uma deterioração aguda do ambiente externo nos próximos dias, um corte de 50 pontos-base ainda parece plausível como passo inicial. No entanto, o cenário de curto prazo tornou-se mais fluido diante da recente elevação dos riscos geopolíticos e suas implicações para os preços de energia e para o câmbio. Assim, um movimento mais cauteloso (de 25 pontos-base) não pode ser totalmente descartado, a depender da evolução das informações disponíveis até a reunião da próxima semana. Por fim, vale notar que, de forma mais ampla, o fluxo recente de dados reforça a expectativa de que o ciclo de flexibilização ao longo deste ano deverá ser cauteloso e gradual. Apesar de alguma desaceleração em setores sensíveis aos juros durante o segundo semestre de 2025, o mercado de trabalho permanece notavelmente resiliente, com continuidade na geração de empregos e crescimento nominal robusto dos salários. As estimativas iniciais para o primeiro tri de 2026 também apontam para uma retomada do crescimento do PIB da ordem de 0,8-1% t/t. Além disso, a inflação de serviços segue em níveis elevados, e as divulgações mais recentes trouxeram sinais marginalmente menos favoráveis. Por fim, o processo de reancoragem das expectativas de inflação parece ter perdido impulso, com as expectativas ainda acima da meta

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

mesmo em horizontes mais longos. Em conjunto, esses elementos sugerem que, embora o início do processo de calibragem permaneça provável, o ciclo de flexibilização como um todo deverá avançar em ritmo gradual, com o Comitê mantendo uma postura relativamente restritiva ao final do ciclo. **2.2 Ativos em Desenquadramento.** Os fundos BRADESCO FIA MID SMALL CAPS e OCCAM FIC FIA, registraram desenquadramento passivo ao art. 19 da Resolução CMN 5.272/55, que limita em 15% o total do PL dos fundos com recursos do RPPS. Conforme orienta o Art. 27 da Resolução CMN nº. 5.272/25, tais desenquadramentos devem ser tratados num prazo de até 02 (dois) anos. Considerando os prazos permitidos pela legislação, os recursos devem ser mantidos nessas aplicações, por ora. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO:** Com a publicação da nova Resolução CMN nº. 5.272/2025, que passou a vigorar a partir de 02/02/2026, e definição do Nível I para o pró-gestão, os novos recursos, e demais movimentações, estão limitadas à aquisição de Títulos Públicos e cotas de fundos de Renda Fixa compostos exclusivamente por Títulos Públicos, além do limite de 5% (cinco por cento) para o segmento de crédito consignado. Como o cenário esperado para 2026 é de Selic em queda, mas com incertezas com relação ao Cenário global, decorrentes de questões geopolíticas, podendo trazer impacto no ritmo de queda da taxa de juros. Assim, considerando o cenário atual e a necessidade de manter a equidade na distribuição dos recursos entre as instituições financeiras, o Comitê sugere: **3.1. FPREV EXECUTIVO:** **a) Recursos Novos:** Ratear entre os fundos: BB Previdenciário Fluxo Soberano Renda Fixa Curto Prazo FIC FIF RL (63.197.387/0001-38), SICREDI LIQ EMP FIRF REF DI, XP-TREND PÓS-FIXADO FIC FIRF Simples e Caixa FI Brasil TP RF LP. **b) Recursos Atuais:** Resgatar o valor de R\$ 50 milhões do fundo SANTANDER INSTIT PREMIUM RF REF DI, direcionando para o fundo BB Previdenciário Fluxo Soberano Renda Fixa Curto Prazo FIC FIF RL, essa operação foi considerada para aumentar posição em fundos de alta liquidez dada maior possibilidade de aquisição de Títulos Públicos no próximo período. Todos foram de acordo. **3.2 DEMAIS PODERES FPREV:** **a) Novos Recursos: ALE, DPE, MPE, TCE, TJ:** Ratear entre os fundos Caixa FI Brasil TP RF LP e BB Previdenciário Fluxo Soberano Renda Fixa Curto Prazo FIC FIF RL (63.197.387/0001-38). Todos foram de acordo. **3.4 Fundo Financeiro - EXECUTIVO, ALE, DPE, MPE, TCE, TJ/AM FFIN e Recursos FPPM:** Aplicar os recursos no Fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos, sendo

**ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

observados os limites para aplicação conforme legislação vigente; **3.5. RECURSOS DE COMPREV.** Aplicar os recursos no Fundo Bradesco Maxi Poder Público; e **3.6 RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** Manter aplicados no fundo Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos resgates para o custeio administrativo. Todos foram de acordo com as sugestões. **4. TOTALIZAÇÃO DOS RECURSOS:** Registra-se a posição da carteira em 31/01/2026, com base em Relatório de Investimentos. **4.1. FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 9,722 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 5,372 bilhões; TPF: R\$ 3,792 bilhões; Títulos Privados: 459 milhões; Títulos CVS: R\$ 1,550 milhões; Imóveis: R\$ 96,486 milhões. **4.2. FPREV ALE:** R\$ 38,780 milhões em fundos e Títulos Públicos Federais. **4.3. FPREV MPE/AM:** R\$ 394,316 milhões aplicados em Fundos e Títulos Públicos Federais. **4.4. FPREV TJAM:** R\$ 1,087 bilhões aplicados em Fundos e Títulos Públicos Federais. **4.5. FPREV TCE/AM:** R\$ 225,629 milhões aplicados em Fundos e TPF. **4.6. FPREV DPE/AM:** R\$ 149,190 milhões aplicados em Fundos e Títulos Públicos Federais. O Total de Recursos da AMAZONPREV, em 28/02/2026, considerando todas as aplicações e disponibilidades é de R\$ 11,658 bilhões. **5. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em fevereiro/26 foi recebido de contribuição no FPREV o montante de R\$ 72,718 milhões, com despesa previdenciária e taxa de administração no total de R\$ 33,127 milhões, gerando saldo R\$ 39,590 milhões, aplicados conforme aprovado na Ata registrada no item 1 acima. **6. NOVOS PRODUTOS:** Em virtude da nova Resolução nº 5.272/25 e, ao atual nível do Pró-Gestão que se encontra a Fundação, estão sendo considerados somente fundos 100% Títulos Públicos, de forma que foi apresentado o fundo BB Previdenciário Fluxo Soberano Renda Fixa Curto Prazo FIC FIF RL (63.197.387/0001-38). Foram observados os critérios definidos no Manual MPR-17 e orientações do PAI 2026. Fundo classificado como baixo risco (100% TPF), administração e gestão realizada pelo Banco do Brasil (BB Gestão de Recursos DTVM S.A - CNPJ: 30.822.936/0001-69) com Credenciamento válido na Amazonprev. Enquadrado ao art. art. 7º, I - Fundos de RF 100% TPF, buscando aplicar os recursos em cotas de classes de fundos de investimento (Classes Investidas ou CIs) que apresentem carteira composta, exclusivamente, por títulos públicos federais indexados ao CDI/Selic ou em títulos públicos federais prefixados indexados e/ou sintetizados para CDI/Selic e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, com prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e carteira com

## **ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

prazo médio inferior a 60 (sessenta) dias, conforme Regulamento apresentado. O histórico do fundo, apesar de iniciar em fevereiro/2026, deve ser considerado do fundo master BB TOP RF CP FIF RL 01.608.573/0001-65, constituído em 1997. O Comitê registra que o fundo está apto para receber recursos da Amazonprev. **7. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA: 7.1 VOLATILIDADE.** Com base no Relatório de Risco da Carteira, emitido pelo sistema I9 Advisory em 27/02/2026, a volatilidade anualizada da Carteira é de 1,98%, com destaque para os art. 8º (Renda Variável) e art. 10º-I (Estruturados), com 36,71% e 10,04%, respectivamente, decorrentes das variações observadas no mercado nesse período com um cenário mais positivo para os ativos de risco. O VAR da Carteira é de 0,98%, em conformidade com a Política de Investimentos. Para fins de manutenção da volatilidade e diante da melhora nas expectativas de desempenho, o controle de risco deve ser preservado com a estratégia atualmente adotada. Assim, recomenda-se manter a concentração dos recursos em Renda Fixa, com maior possibilidade de aquisição de Títulos Públicos, podendo ser pré ou pós fixados com vencimentos mais longos. Revisar a estratégia na próxima reunião, considerando a análise sobre a evolução da queda da taxa de juros, atentar para os fundos indexados a índices de preço que tornam-se ótimas opções nesse cenário. Deve ser mantido o volume de recursos aplicados em fundos de ações e investimentos no exterior. **7.2 LETRAS FINANCEIRAS.** Não há novos registros sobre a Liquidação Extra Judicial do banco Master. O Comitê avaliou a Resolução CMN nº 5.007/2022, em especial o art 5º com a seguinte redação: “O prazo de vencimento mínimo da Letra Financeira é de 24 meses, vedado o resgate total ou parcial, antes do prazo pactuado”, motivo pelo qual não é possível desfazer das operações. Chamou atenção o Capítulo V Da Prestação de Informações ao Investidor, onde gerou dúvidas sobre a correta aplicação do art. 11 desta Resolução. Será necessário aprofundar estudos e solicitar da instituição Terra Investimentos maiores informações sobre a aquisição da LF do C6 Bank. **8. AQUISIÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS.** O COMIV sugere à AMAZONPREV proceder com a compra de Títulos Públicos, a serem realizadas da seguinte forma: a) FPREV Executivo, aquisição de NTN-B com vencimentos a partir de 2040 a 2055, taxa de remuneração acima de 6,9% a.a no volume de até R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais) e/ou LTN com vencimento em 2032 e taxa acima de 13,5% a.a.; b) FPREV Outros Poderes, aquisição de NTN-B com vencimentos até 2045 e taxa de remuneração acima de 6,9% a.a., no volume de até R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais) e/ou LTN com vencimento em 2032 e

**ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

taxa acima de 13,5% a.a. As operações devem ocorrer, preferencialmente, através do Leilão do Tesouro (mercado primário), ou por cotação de preço junto às instituições corretoras (mercado secundário) credenciadas à Amazonprev e classificadas no segmento S1 do Banco Central. Para cada negociação, o valor de aquisição não deve superar R\$ 100 milhões, limitado a R\$ 200 milhões por dia de negociação. Devem ser utilizados recursos dos fundos Referenciados DI. Segue anexo a tela de consulta da ANBIMA com as taxas negociadas no mercado secundário, com a data mais recente. Todos foram de acordo. **9. REUNIÃO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.** O Bradesco realizou nova visita no dia 19/03/2026 para apresentação de fundo de Renda Fixa composto exclusivamente por títulos públicos como opção de produto pra os recursos da Amazonprev. Não foram programadas novas reuniões até esta data. **10. SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO.** Devido as alterações trazidas pela nova Resolução CMN nº. 5.272/2025, o Comitê de Investimentos sugere sobrestar o Edital de Credenciamento para que sejam realizadas as alterações necessárias. **11. RELATÓRIO GT/TJ.** O Comitê retorna o Despacho da DIPRE sobre as sugestões apresentadas pelo GT/TJ, com base nas operações de Letras Financeiras do banco Master e C6 Bank, destacando: a) Não é possível proceder com o desfazimento das operações, conforme determina a Resolução CMN nº 5.007 de 24/03/2022, lembrando que o banco Master está em processo de liquidação extra judicial; b) É possível a negociação no mercado secundário, no entanto, dadas as condições de mercado, onde o principal parâmetro é a taxa de NTN-B que registrou alta nos vencimentos da curva, é esperado o deságio nas negociações; c) As instituições financeiras consultadas informaram a dificuldade em encontrar interessados em adquirir esses ativos. O Comitê segue acompanhando a evolução da carteira e estudando as possibilidades de negociação. **12. RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS.** Após análise dos registros, o Comitê encaminhou o Relatório Anual de Investimentos, base 2025, o destaque para os resultados acima da meta atuarial, para aprovação da Diretoria e dos Conselhos da Amazonprev. **13. ENCERRAMENTO.** O Sr. Alan Nascimento, coordenador do Comitê, encerrou a reunião, da qual eu, Wellington Guimarães, Secretário, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados, ficando programada a próxima reunião para o dia 17/04/2026.

**ATA DA 233ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MANAUS, 19 DE MARÇO DE 2026.**

(Assinado Digitalmente)  
**Alan Nascimento**  
Coordenador

(Assinado Digitalmente)  
**Wellington Guimarães**  
Secretário

(Assinado Digitalmente)  
**Renízio Oliveira**  
Membro

(Assinado Digitalmente)  
**Bruno René Barroso**  
Membro

(Assinado Digitalmente)  
**Flaviana Galúcio**  
Membro

(Assinado Digitalmente)  
**Bruno Damasceno Novo**  
Membro